

A importância das eleições legislativas gregas de 2012 para o panorama europeu

Nuno Ferreira

Intern at the State Building and Fragility Monitor

August 2012

Para perceber a importância das eleições legislativas gregas, de 2012, para o contexto europeu, é necessário decompor a situação em várias variantes. Para começar a possibilidade de mudança na política nacional e internacional grega, consoante o vencedor das eleições (e o governo resultante). Em segundo lugar a reacção dos demais países da União Europeia (UE) às diferentes abordagens ao problema, tal como as relações entre os mesmos (tendo como última manifestação destas relações a última Conferência Europeia, de 29 de Junho de 2012).

Será pertinente começar então por verificar o percurso grego - desde o início da crise - que levou à realização destas eleições (de certa forma, em duas voltas). Em 2008 (altura em que começou a crise económica nos Estados Unidos da América (EUA), com a falência da Lehman Brothers), estava o partido Nova Democracia - conservador - no poder. Este governo começou rapidamente a revelar sinais de instabilidade, devido ao impacto da crise económica, agravada pelos variados escândalos (principalmente, acerca de casos de corrupção) a aparecerem na comunicação social. Estava então criado, assim, um forte movimento popular de oposição ao governo.

Esta pressão acabaria por ter um peso significativo, levando à demissão do governo e a eleições antecipadas, em Outubro de 2009. Surgia, desta forma, a oportunidade do Pa.So.K (Movimento Socialista Pan-helénico) voltar ao poder. Uma oportunidade que acabou por se revelar "envenenada", pela descoberta de que o



défice não era de 6% do PIB (como anunciado pelo governo anterior), mas de 12,7%. Esta revelação levaria à degradação acentuada da economia grega, com as agências de notação a penalizar fortemente a Bolsa e as instituições gregas. Com este panorama a Grécia acabaria por assinar um memorando de ajuda com a *troika* (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e FMI), em Maio de 2010.

Iniciou-se, então, um ciclo de medidas de austeridade, protestos sociais e incumprimento das medidas e resultados acordados, que levaram à negociação de um novo memorando, em Outubro de 2010. É no final deste mês que o Primeiro-ministro, George Papandreou, decide convocar um referendo acerca do plano de resgate do euro. Isto levou a que a UE decide-se atrasar um pagamento de oito mil milhões de euros, correspondente à sexta fatia do primeiro memorando de entendimento. O que provocou, por sua vez, a desistência de referendar o assunto e a, posterior, demissão do governo. Depois desta prova de ingerência europeia, seguiu-se o pedido para que não houvesse eleições de imediato. Em vez disso, foi acordado um governo de salvação nacional, composto pela coligação do Pa.So.K e da Nova Democracia (marcando o seu ressuscitar e o retorno à ribalta política), liderado por Lucas Papademos, ex-vice-presidente do BCE e membro da Comissão Trilateral, por aconselhamento da *troika*. Este governo foi composto com a premissa de submissão ao memorando assinado, em Outubro do mesmo ano.

Com esta, aparente, alteração o ciclo reinicia-se, no início de 2012. Voltam a ser aprovadas medidas de austeridade (altura em que a Nova Democracia e o Pa.So.K chegaram a expulsar vários dos seus deputados para que não votassem de forma contrária ao partido), sendo fortemente contestadas na rua. Há que sublinhar que os protestos foram-se radicalizando com o avançar do calendário. Com esta reincidência na austeridade, o Eurogrupo aprova o segundo memorando de entendimento, que acrescenta uma reestruturação da dívida pública, levando a um *haircut* de mais de 70% na dívida aos privados (apesar de ter sido excluído o FMI, destas contas, e os bancos privados internacionais terem sido financiados pelo segundo memorando, em compensação). Contudo, um mês depois desta medida, foi aprovado com rapidez um



último pacote de medidas de austeridade. O parlamento (e o governo de salvação nacional) é dissolvido para, finalmente, haver lugar para as eleições antecipadas.

É com este *background* que se chega ao primeiro momento de análise, as eleições legislativas gregas, de 2012. Nestas existe uma alteração ao que é vulgar na política ocidental. Porque, alterando o costume, deixam de ser os dois partidos do centro político (neste caso, Pa.So.K e Nova Democracia) a disputar os lugares da frente, surgindo um novo jogador, o Syriza. Esta alteração (só percebida, praticamente, à boca das urnas) aparece como resultado de duas situações diferentes, mas perfeitamente interligadas. Por um lado, é uma punição aos partidos habituais, que lideraram os governos que puseram o país na situação económica actual. Sendo facilmente percebido que o Pa.So.K - sofrendo do cunho de ter apelado pela intervenção da *troika*, mesmo que não tenha a total culpa da situação - foi mais penalizado, passando a ser a terceira força política, com uma margem inesperadamente baixa (13,18%). Neste contexto o Syriza, sendo um partido com uma maior abertura - devido à sua estrutura multipartidária - teve uma maior oportunidade de absorver os eleitores desapontados. Por outro lado, registou-se um crescente cansaço e revolta para com a austeridade imposta pelos memorandos da *troika*. Estes dois partidos, como únicos defensores da continuação da situação, afastam os eleitores (mesmo com a promessa de ser esta a única via). Mais uma vez o Syriza fica em vantagem, devido à sua maior abertura, acrescentando o facto de que os partidos-tipo que usualmente sobressaem em tempos de crise são os de cunho "radical" (tendo o Syriza recebido o epíteto de "partido de esquerda radical"). Este facto também é notável com a subida do partido Aurora Dourada de extrema-direita, certamente "radical". Tratando-se de uma crise económica, é natural existir um favorecimento para os partidos de esquerda (tradicionalmente utilizadores de um discurso mais popular e mais virado para a defesa do Estado social - basicamente, as maiores vítimas da austeridade -). Todos estes indicadores favorecem assim o Syriza. Tendo, com este conjunto de oportunidades, conseguido forjar um caminho



inesperado e crescido até à posição de segunda força política (com 16,78% dos votos, uma subida para praticamente o triplo dos votos tradicionais).

Com esta inversão dos resultados tradicionais, os dois partidos de centro não conseguiram (nem com uma coligação) a maioria necessária à formação de Governo (o correspondente a 151 deputados, conseguindo apenas 149). Neste ponto é preciso referir uma estranha lei eleitoral que dá um bónus de 50 lugares no Parlamento ao mais votado nas eleições. Permitindo, assim, um enorme (e inapropriado) controlo do vencedor sobre o Parlamento, e sobre a negociação de coligações para o Governo (dando um aspecto, algo, antidemocrático ao resultado final). Sem a existência desta lei o cenário seria absolutamente diferente (devido à diferença de apenas 2,07% de votos entre a Nova Democracia e o Syriza). E este cenário reflecte-se nas negociações para a formação do novo Governo.

Como manda a lei eleitoral, no dia seguinte ao escrutínio António Samaras, líder da Nova Democracia, vencedor das eleições, foi mandatado pelo Presidente, Karolos Papoulias, para formar governo. No entanto, bastaram algumas horas para que declarasse a sua desistência. É fácil perceber o porquê, analisando os demais partidos com assento parlamentar. Em segundo lugar encontrava-se o Syriza, tendo um programa com fundamentos praticamente contrários. Em terceiro lugar o Pa.So.K, o seu único aliado (e cuja coligação não chegava para formar governo, como já referido). Em quarto os Gregos Independentes - nacionalistas -, um partido novo, com um núcleo constituído pelos deputados da Nova Democracia expulsos meses antes (o que impossibilitou desde cedo a coligação). Em quinto lugar ficou o KKE - comunista - que deixou claro desde cedo a impossibilidade de qualquer tipo de coligação, com qualquer partido. Em sexto ficou a Aurora Dourada, cujos representantes nem foram chamados a negociar. E em sétimo, e último, ficou o Dimar - esquerda democrática - que também recusou uma coligação.

Sendo assim, no dia seguinte foi a vez de Alexis Tsipras, líder do Syriza, de ser mandatado para formar governo. Este pretendia uma coligação de esquerda, com o KKE e o Dimar (tendo falado inicialmente em incluir os Gregos Independentes, mas



desistido devido à contestação dos restantes partidos de esquerda). No entanto, com a recusa imediata do KKE para a formação de coligações (a que se acresceram acusações contra o Syriza de que este estaria a preparar-se para apoiar a *troika* quando chegasse ao governo, embora sem a apresentação de qualquer evidência nesse sentido) esta estratégia fracassou. Sendo assim, e não querendo formar governo com os demais partidos, acabou por, também, desistir do mandato, ainda no mesmo dia. Esta instabilidade leva o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) a reduzir a nova fatia dos memorandos em mil milhões de euros, um dia depois.

Dois dias depois da desistência do Syriza, é então Evangelos Venizelos, líder do Pa.So.K (desde a demissão do governo socialista) e antigo Ministro das Finanças do governo socialista e do governo de salvação nacional, a ser mandatado pelo Presidente (sendo este o último partido a receber o mandato). Este centra-se na tentativa de juntar, a si, a Nova Democracia e o Dimar, mas não consegue chegar a nenhum acordo.

Com este cenário, a apontar a possibilidade de novas eleições, o Presidente decide convocar os representantes da Nova Democracia, do Syriza e do Pa.So.K para uma reunião. Esta não tem qualquer resultado (a não ser o rumor de uma possível aceitação do Dimar em formar governo com os partidos do centro, que foi posteriormente desmentido - embora fosse uma indicação do que se passaria no futuro), levando à convocação de várias outras com vários representantes dos vários partidos (na tentativa de encontrar uma combinação acertada). No entanto, o Syriza recusou-se a participar nestas reuniões, por considerar que já tinha transmitido a sua posição e seria desnecessário repetir-se, e o KKE foi com a premissa que continuaria a não aceitar participar em qualquer coligação. Caso à parte foi o da Aurora Dourada, que não foi convocado pelo Presidente para nenhuma reunião. Aparentemente, este considerava que as filiações do partido ao extremismo de direita lhe retiravam o direito a participar em qualquer governo (mesmo que mandatados pela população que nele votou, dando-lhes 6,97% dos votos e 21 lugares no Parlamento). Esta atitude, embora aplaudida pelas elites e *media* europeus, deveria ser de estranhar num país



democrático (independentemente dos gostos pessoais). Seja como for, estas reuniões não tiveram qualquer proveito, levando à criação de um governo interino.

Este é o ponto de viragem na política grega e, por consequência, europeia. A partir deste momento passou a existir, sem sombra de dúvida, um novo jogador que se afasta, e mesmo renega, as abordagens estabelecidas para agir na política - de forma geral - e resolver esta crise - em particular -. Este facto foi notável durante a nova campanha eleitoral (para a nova ronda eleitoral, marcada para Junho), tanto a nível nacional como internacional (europeu). Nesta campanha o discurso deixou de ser o tradicional Nova Democracia vs. Pa.So.K, para se tornar "centro" (Nova Democracia + Pa.So.K) vs. Syriza, também conhecido como manutenção na Zona Euro (UE) vs. saída da Zona Euro (UE) - percepção baseada na campanha centrista e, amplamente, divulgada pelos *media*, embora contrária à campanha do Syriza, tornando o confronto algo esquizofrénico. Sem dúvida os votos, que começaram por ser, de protesto, no Syriza, tornam-se em votos com consciência. Muito em parte, devido à forte crença de que teriam hipóteses de vencer. Uma crença com a possibilidade de criar raízes nos demais países europeus.

A nível interno, o discurso, principalmente, da Nova Democracia, mas também, do Pa.So.K manteve-se numa linha de apoio à manutenção do *status quo* e de submissão aos desejos da *troika*, embora com um discurso um pouco mais social (principalmente do lado do Pa.So.K). Do lado oposto, o Syriza, também, manteve o seu discurso de renegociação dos memorandos e suspensão do pagamento da dívida externa, para que fosse feita uma auditoria à mesma. Teve, no entanto, uma assistência maior e mais atenta. São apenas mencionados estes dois lados da questão porque os outros partidos pouco ou nada alteraram as suas posições e a atenção foi centrada neste trio (principalmente na Nova Democracia e no Syriza, os verdadeiros candidatos ao primeiro lugar). Embora, na realidade, também os maiores partidos tivessem mantido, de forma geral, a sua posição houve alterações no discurso, principalmente, devido ao confronto esquizofrénico que mencionei antes, e que agora passa a ser explicado.



Dando menos atenção ao que defendiam, a Nova Democracia e o Pa.So.K, centraram o seu discurso no ataque ao Syriza. Este ataque era, especialmente, sobre a manutenção, ou não, na Zona Euro e na UE. Segundo estes partidos, o Syriza queria que essa saída (primeiramente da Zona Euro e depois, talvez, da UE) se consumasse. Nem que fosse atacando estas estruturas, para que a Grécia fosse expulsa das mesmas. No entanto, o Syriza nunca defendeu tal ideia. Considerando até que a saída desses grupos prejudicaria demasiado os cidadãos gregos, principalmente as classes média e baixa. O que era defendido pelo Syriza era que o discurso europeu sobre a expulsão da Grécia era um *bluff* e que nunca se concretizaria, por ser tão ou mais prejudicial para os demais países (principalmente a Alemanha). Como tal era possível uma maior margem para renegociar, dando uma posição mais forte à Grécia.

É seguindo a lógica deste confronto que entra o plano internacional. Neste ouviram-se personalidades, de alto gabarito europeu, como Jean-Claude Trichet (ex-Presidente do BCE), Christine Lagarde (Presidente do FMI), Ângela Merkel (Chanceler alemã), Jean-Claude Juncker (Presidente do Eurogrupo e Primeiro-ministro luxemburguês), Durão Barroso (Presidente da Comissão Europeia) e, mesmo, François Hollande (Presidente francês), em mais um exercício antidemocrático, de ingerência eleitoral. Daqui vieram afirmações e ameaças, acerca de uma vitória da esquerda, que passaram desde pedidos de perda de soberania económica para os países incapazes de seguir as indicações das autoridades europeias, a ataques e acusações aos cidadãos gregos (como, por exemplo, sobre a fuga aos impostos), inclusive ameaças de expulsão da Zona Euro e da UE e a divulgação de um plano de contenção da Grécia a seguir a essa medida ser tomada, mantendo a máxima que a austeridade é o único caminho para a Grécia (tal como a manutenção do *status quo*, através do voto na Nova Democracia). Esta atitude chegou mesmo aos *media* dos países destes intervenientes, que chegaram a fazer campanha pela Nova Democracia (mesmo que indirectamente), mantendo um ataque constante ao Syriza. Nestes discursos mantém-se a, falsa, ideia do desejo do Syriza de sair da Zona Euro - mesmo tendo sido manifestado o contrário de várias formas, incluindo uma carta dirigida aos



chefes dos Estados-membros do Eurogrupo, ao presidente da Comissão Europeia, ao presidente do Conselho Europeu, e ao presidente do Parlamento Europeu, explicando o programa eleitoral -.

Estas pressões, tanto internas como - principalmente - externas, levaram a que o Syriza começasse a descer nas várias sondagens, aparentando a sua derrota, ainda antes de chegar às urnas. No entanto, com uma entrevista dada pelo seu líder, à revista norte-americana *Time*, onde falava novamente sobre o programa eleitoral, conseguiu recuperar a opinião pública. No entanto não foi suficiente. Porque, quando chegaram as eleições, voltou a ficar em segundo lugar, embora subindo para 26,89% dos votos (mas aumentando a distância do primeiro lugar, ficando a 2,77%). A vitória voltou a pertencer à Nova Democracia, ficando os demais partidos, também, nas mesmas posições, embora com menos deputados (especialmente o KKE, que passou para cerca de metade dos votantes e dos deputados). Daqui acabou por ser formado um governo entre a Nova Democracia, o Pa.So.K e o Dimar (que finalmente cedeu à tentação, como já tinha - aparentemente - ameaçado nas eleições anteriores). Esta coligação ainda foi ameaçada no começo das negociações, com o Pa.So.K a querer que o Syriza fizesse parte da mesma, ameaçando não participar de outra forma. No entanto, acabou por se satisfazer com a entrada do Dimar, ficando satisfeita a sua principal condição (só anunciada a seguir às eleições), de que era preciso mais um partido para além da Nova Democracia (para tentar demonstrar que estavam abertos a todas as posições da sociedade grega).

Esta foi uma estranha reacção do eleitorado grego à situação, depois de manifestadas tantas insatisfações com os partidos, tradicionalmente, no poder. Quando lhe foi mostrada outra via recusou-a, sem lhe dar uma hipótese de mostrar o seu valor. Voltando de seguida ao protesto, em relação ao governo por ele acabado de eleger. Um dos factores que, provavelmente, condicionou esta escolha foi a pressão, especialmente a, internacional que foi feita contra uma mudança de paradigma. O medo de que tudo desabasse, quando lhes foi prometido que se se mantivessem no caminho escolhido teriam sucesso, terá sido o principal motivo.



Para além disso existe uma desconfiança para com a mudança, derivada do tradicionalismo latente nas massas. Este tradicionalismo advém, também, do actual sistema de educação, que ensina a absorver a informação, previamente tratada, sem a questionar. Esta falta de criticismo, que vem sendo absorvida pela sociedade, leva a que não sejam questionadas as informações dadas (sobre como funciona o sistema e quais as, verdadeiras, implicações dos rumos escolhidos), nem os interesses partilhados e ocultados (de quem divulga a informação e de quem toma as decisões). Sendo assim, quando confrontados com a ameaça de abandono pela UE, seguida da bancarrota, as pessoas votam nos mesmos partidos, pois foram estes que lhes foram ditos que resolveriam o problema (mesmo que façam parte do mesmo). Também sentem dificuldade em analisar os diferentes rumos apresentados, em alternativa, pois estão habituadas a que essa função não seja sua. Não confrontando, assim, as várias informações que recebem, seguindo a fonte a que estão habituadas.

No entanto (talvez/provavelmente) mais importante, que as possibilidades apresentadas para o futuro da Grécia, são as repercussões que essas possibilidades têm na sociedade e economia europeias. Repercussões que são, pelo menos, suficientemente importantes para levar a que se originassem as ingerências nomeadas anteriormente. Isto acontece porque se fosse dada a possibilidade a um país da UE alterar o seu paradigma económico e social (e ele apresentar melhores resultados), o *status quo* europeu cairia. E, com ele, todas as instituições europeias associadas (extrapolando, ainda mais, a questão, poderia levar à queda das mais importantes instituições mundiais - criadas, em grande maioria, para apoiar o sistema de Bretton Woods, que já caiu -).

Era suposto que estas instituições se adaptassem ao alterar dos paradigmas, procurando o melhor para os diversos países. No entanto, ficaram presas no tempo, com os países mais fortes a tentarem sobrepor-se aos demais - prejudicando-os, se necessário - na procura pela supremacia (as usuais dicotomias europeias, Norte-Sul e/ou Centro-Periferia). Assim falham os princípios mais básicos da UE (consagrados



nos seus tratados), a igualdade, a união e a solidariedade entre os Estados-membros. Sendo o último o mais importante, e essencial aos demais.

Estas falhas têm sido bastante notáveis através dos discursos políticos dos representantes dos países europeus economicamente mais estáveis, como a Finlândia, a Holanda e a Alemanha (todos eles avaliados com AAA, pelas agências de *rating*). Nestes países o discurso tem sido grandemente influenciado pela ideia do aumento de austeridade nos países mais devedores e uma culpabilização pela situação económica actual da Zona Euro. Também é um discurso, muitas vezes, com traços preconceituosos, apostando na ideia de que os cidadãos dos países do Sul são preguiçosos e dependentes dos subsídios do Estado - o que pode aumentar os confrontos sociais, entre os cidadãos dos vários países e os discursos radicais -. Contudo, não só os discursos demonstram pouca solidariedade mas também as acções.

Os acordos necessários tardam a aparecer e fortificam sempre a mesma vertente (austeridade, em vez de crescimento económico). Aparentam que apenas é feito o suficiente para parecer que mudou alguma coisa, mantendo o *status quo* o mais intocado possível. A Alemanha tem demonstrado, cada vez mais, um enorme desrespeito pelas instituições europeias, decidindo para além das suas competências, numa atitude muito pouco democrática. A Finlândia e a Holanda lideram os que discursam contra os países em dificuldades, ameaçando com a saída do Euro e da UE (muitas vezes com o apoio germânico).

As decisões são deixadas para as Conferências Europeias, de onde raramente saem decisões com força suficiente para ajudarem a resolver a crise europeia - normalmente, voltando a apostar nas mesmas medidas, que deterioram a economia europeia a um nível cada vez mais rápido -, apostando apenas em "acalmar os mercados". E o BCE mantém-se "amarrado" a regulamentos desajustados, utilizando frequentemente um discurso sem fundo lógico (como a alegria do seu Presidente, Mario Draghi, ao anunciar o fim do Estado Social europeu), nem se impondo nas matérias da sua competência.



Tomamos a última Conferência Europeia como o exemplo forte destas situações. Ainda antes da mesma já se esgrimiam argumentos entre os vários intervenientes. Enquanto os Primeiros-ministros da Espanha e da Itália (Mariano Rajoy e Mário Monti, respectivamente) prometiam não ceder, no seu objectivo de conseguir futuros "resgates" sectoriais e uma maior flexibilidade dos fundos da UE, seguidos de perto pelo Primeiro-ministro irlandês - Enda Kenny -, que pretendia vir a conseguir renegociar o memorando irlandês com base nas cedências à Espanha e à Itália, a Alemanha continuava a alegar que o caminho actual (da austeridade) era o correcto e que nada mudaria (a não ser regras mais "pesadas" para os países em dificuldades).

Por seu lado os diferentes líderes das instituições europeias, liderados por Mario Draghi, falavam em fazer alterações nos actuais procedimentos - começando pelo papel do BCE - e o Presidente francês a desejar uma resolução voltada para o crescimento, enquanto os representantes finlandeses e holandeses demonstravam o habitual cepticismo, quanto ao cumprimento de responsabilidades pela parte dos países intervencionados (especialmente a Grécia).

A Grécia, que tinha acabado de formar Governo, pretendia vir a conseguir alguns benefícios com as suas promessas de que o seu comportamento ia mudar (tendo o azar que, devido a doença, nem o novo Primeiro-ministro, nem o novo Ministro das Finanças - que acabou por se demitir - podiam estar presentes). Entretanto, na última semana antes da Conferência, os mercados de acções europeus começaram a desvalorizar, numa aparente descrença nos possíveis resultados.

Para grande surpresa da maioria, os resultados foram, à primeira vista, melhores do que os esperados. A Alemanha cedeu, um pouco, nas suas intransigências habituais (permitindo, por exemplo, a concessão de mais poder ao BCE) e a Finlândia e a Holanda aceitaram os acordos discutidos, numa (aparente) demonstração de boa-fé para com os seus parceiros. Foram decididos, nas palavras de Hollande, " (...) um pacto de crescimento, uma união bancária, uma união orçamental, um mecanismo de apoio, e a vontade de aprofundar a união económica e monetária".



Embora, analisando mais profundamente, se chegue à conclusão que as medidas adoptadas, no pacto de crescimento, são dirigidas, principalmente, para a salvação da banca, deixando para segundo lugar as questões sociais, tornando-o pouco mais que um engodo. Mas mesmo estes resultados não agradaram aos mercados durante muito tempo, menos de uma semana depois os valores voltavam a cair (o menor tempo de "confiança dos mercados" após uma conferência).

Para piorar os efeitos do curto período de confiança e abalar o que foi feito durante a Conferência, vieram as declarações dos governos finlandês e holandês a afirmar que iriam voltar atrás quanto às responsabilidades de financiamento, aprovadas aquando a assinatura do pacto. Declarações que levaram a uma forte reacção do Parlamento Europeu (não só dos eurodeputados como do seu Presidente) e do Presidente da Comissão Europeia.

Estas situações são um reflexo dos sentimentos e acções dos vários governos europeus, em relação à UE, à Zona Euro e aos vários Estados-membros. Os valores defendidos nos tratados europeus, e sobre os quais as instituições europeias foram (supostamente) fundadas, estão a desaparecer.

As dicotomias Norte-Sul e Centro-Periferia agravam-se e as relações de poder, entre os países maiores e os mais pequenos, aprofundam-se. Estas relações tanto reflectem o que se passa no interior dos países europeus (principalmente nos mais enfraquecidos pela crise - como a Grécia, cuja situação analisei -), como influenciam directamente essas mesmas situações (tanto através das atitudes de ingerência, como através das implicações na economia nacional derivadas das directrizes interestaduais).

São situações intrinsecamente interligadas e que, nesta altura, apenas podem ser resolvidas - da melhor forma - em conjunto. Sem se harmonizar as relações entre os Estados-membros e resolver as questões de poder entre as instituições europeias (tanto entre si, como em relação aos Estados), não se conseguirá alcançar a saúde económica e financeira dos países europeus.



Da mesma forma, sem a estabilidade política nacional e o respeito pelo Estado social, não se conseguirá (re)alcançar os valores de igualdade, união e solidariedade europeias. Não esquecendo nunca a necessidade de rever o passado e procurar novas soluções, quando as teorias actuais falham. Citando Albert Einstein "Os problemas mais importantes que enfrentamos não podem ser resolvidos com a mesma forma de pensar com que os criámos".

Nota: Este *position paper* não foi escrito segundo as normas vigentes no Acordo Ortográfico de 1990

Referências Bibliográficas

<http://aventar.eu/2012/05/08/a-carta-do-syriza-aos-donos-da-europa/#more-1147815> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://aventar.eu/2012/05/25/resumo-do-programa-da-syriza/#more-1155160> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPE4BE07E20081215> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://ekloges.ypes.gr/v2012b/public/index.html?lang=en#%22cls%22:%22level%22,%22params%22:%22level%22:%22epik%22,%22id%22:1> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://expresso.sapo.pt/cimeira-europeia-viragem-sismica-com-recuo-de-merkel=f736305> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://expresso.sapo.pt/grecia-com-eleicoes-antecipadas-a-6-de-maio=f718423> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://expresso.sapo.pt/ue-prepara-plano-de-emergencia-para-eventual-saida-da-grecia=f732294> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://q1.globo.com/Noticias/Mundo/O,,MUL1329034-5602,00-PASOK+GANHA+ELEICOES+NA+GRECIA+COM+MAIORIA+ABSOLUTA.html> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]



<http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,OI1912358-EI294,00.html> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://pt.euronews.com/2012/06/16/o-dilema-da-grecia/> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://pt.euronews.com/2012/06/29/hollande-e-merkel-satisfeitos-com-resultados-da-cimeira-europeia/> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://pt.euronews.com/2012/07/06/europe-weekly-as-ameacas-do-norte-e-a-lideranca-de-chipre/> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2012/06/17/principais-datas-da-crise-na-grecia> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/vasto-mundo/crise-grega-atual-comecou-com-uma-fraude/> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://visao.sapo.pt/eurocrise-trichet-defende-perda-de-soberania-para-paises-incapazes-de-seguir-recomendacoes-europeias=f665354#ixzz1wAsQWczD> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://www.advivo.com.br/blog/antonio-ateu/crise-solidariedade-europeia-as-avessas> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=562875 [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

http://www.mas.org.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=367:syriza-defende-governo-da-esquerda-na-grecia&catid=110:europa&Itemid=550 [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://www.portugues.rfi.fr/europa/20120613-presidente-frances-alerta-gregos-sobre-risco-de-saida-da-zona-do-euro> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://www.publico.pt/Mundo/christine-lagarde-os-pais-das-criancas-gregas-tem-de-pagar-os-seus-impostos-1547742> [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

http://www.publico.pt/Mundo/grecia-grupo-de-estudantes-interrompe-emissao-televisiva-em-protesto-contramorte-de-adolescente_1353279 [Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]



<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=562860&tm=6&layout=121&visual=49>
[Visitado pela última vez a 18 de Agosto de 2012]

<http://www.time.com/time/world/article/0,8599,2116075,00.html> [Visitado pela
última vez a 18 de Agosto de 2012]